

POR UMA ABORDAGEM WEBERIANA NOS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.

Gustavo da Silva Motta
Mestrando em Administração
Universidade Federal da Bahia – Ufba

Resumo:

Este trabalho visa recuperar os aspectos metodológicos da obra de Max Weber, observando-os como um dos principais paradigmas na construção do conhecimento em Ciências Sociais. Uma das características mais marcantes da produção weberiana, funda-se na discussão contra os métodos generalistas que impunham conceitos coletivos ou leis na análise de fenômenos sociais. Ao contrário, Weber propunha o que passou a ser conhecido como individualismo metodológico, através da noção de tipo-ideal.

Palavras-Chave: Weber. Tipo-Ideal. Método. Ciência Social.

Abstract:

This paper aims at to recoup the aspects of the methodology in the work of Max Weber, being observed them as one of the main paradigms in the knowledge construction in Social Sciences. One of the main characteristics of the production of Weber, is established in the quarrel against the general methods, that imposed collective concepts or laws in the analysis of social phenomena. In contrast, Weber considered what is known as methodological individualism, through the ideal type notion.

Key-Words: Weber. Ideal Type. Method. Social Science.

INTRODUÇÃO

A obra de Weber surge na Alemanha, a partir do final do séc. XIX, em plena disputa entre as ciências sociais ou ciências da cultura e as ciências naturais. Isso vai se refletir em sua produção, fazendo da questão do método uma das suas maiores preocupações. Desta forma, a práxis weberiana torna-se um dos principais paradigmas na produção do conhecimento em ciências sociais. Especificamente nos estudos organizacionais, principalmente as pesquisas sobre estrutura organizacional, sua influência é muito forte. Entretanto, muitas vezes se observa uma inadequação da interpretação do seu trabalho nesta área do conhecimento.

As principais críticas à burocracia a consideram como a causa central dos problemas enfrentados pelas organizações, tais como bloqueio à criatividade, lentidão nos processos de tomada de decisão, dentre outros. De fato esses são aspectos vivenciados por muitas organizações, mas a causa desses problemas está longe de uma associação com as pesquisas de Weber e sim relacionada a uma aplicação completamente diferente daquela proposta pelo autor. Seu objetivo, com a construção de um modelo ideal burocrático, era o entendimento da ação humana estruturada por um sentido (ação social) e, segundo Vieira e Carrieri (2001), Weber ainda demonstrava receio de que este tipo ideal fosse confundido com um modelo da realidade.

Entende-se que o método típico-ideal se apresenta como importante ferramenta para a investigação das ações dos indivíduos e para a compreensão das organizações como um elemento social, adaptando-se os estudos de Weber às características de uma sociedade contemporânea. Assim, descreve-se aqui o contexto histórico da obra de Weber, a noção de ação social e sociologia compreensiva e os fundamentos de seu método típico-ideal. Finalmente, busca-se apresentar as contribuições deste autor para os estudos organizacionais, demonstrando a importância de se retomar a práxis weberiana nos procedimentos de pesquisa em estudos organizacionais.

CONTEXTO HISTÓRICO DA OBRA DE WEBER

A compreensão da obra de Weber passa, necessariamente, pela discussão a respeito do contexto histórico no qual sua produção esteve presente. Primeiramente é preciso estabelecer um recorte, já que é impressionante a variedade de temas abordados por este pensador, passando por religião, ciência, política e muitos outros. Como o propósito deste artigo é recuperar os aspectos metodológicos de sua obra, delimitar-se-á aos fatores que ofereçam contribuição direta a esta abordagem específica.

Ao lado de Marx e Durkheim, Weber desponta como uma das mais importantes expressões e fundador da sociologia desenvolvida ao final do séc. XIX início do séc. XX, período no qual estava em discussão o estatuto das Ciências Sociais, e mais especificamente seus instrumentos metodológicos. O processo de industrialização na Inglaterra e na França, no séc. XVIII, levou à formação de correntes metodológicas como o positivismo, fortemente baseado nos preceitos das Ciências da Natureza, cuja preocupação era atender a uma sociedade industrial emergente. O relativo atraso da industrialização na Alemanha, que ocorre por volta de cem anos após, já no séc. XIX, faz surgir uma sociologia com influências de correntes como o historicismo, cujas preocupações eram menos expansionistas. É esta influência, tipicamente alemã, que “prepara o terreno” para a oposição weberiana aos conceitos generalizantes do positivismo,

através da elaboração do método típico-ideal, com o qual deve-se buscar as características particulares de um fenômeno social e a compreensão das mesmas.

Segundo Tragtenberg (1977), Weber pretende mostrar que um conhecimento objetivo nas ciências sociais é possível, mesmo que seu objeto de conhecimento esteja dentro da esfera de valores. Assim o autor estabelece a separação necessária entre “juízos de valor” e “relações de valores”.

Weber funda-se em Rickert, para distinguir juízo de valor e relação de valor (...) Os valores aparecem como critério de escolha para estabelecer a área da pesquisa e a sua direção; a referência a valor constitui o *significado* do processo que é objeto da Ciência Social. Na sua base, há sempre a premissa de valores, variáveis e historicamente condicionados. (TRAGTENBERG, 1977, p. 112) (grifo do autor)

Vieira e Carrieri (2001) apresentam leitura similar, afirmando que:

No âmbito pré-científico é permitido se posicionar frente aos valores como forma de recortar o objeto próprio das Ciências da Cultura, mas para fazer ciência é preciso afastar-se dos juízos de valor, ou seja, a ciência não pode dizer o que deve ser. Dessa forma Weber diferencia o papel do cientista do papel do homem de ação. (VIEIRA E CARRIERI, 2001, p. 10)

Tem-se assim que, ao contrário da leitura vulgar feita de Weber, principalmente na área das teorias da administração, em que se julga o autor como o “pai da burocracia” ou responsável pela descrição de como devem operar as organizações a fim de alcançarem o máximo em eficiência, nenhuma intenção prescritiva mancha sua obra.

Outro aspecto importante do posicionamento de Weber frente à sociologia, funda-se naquilo que pode ser considerado como uma influência Kantiana: a negação do conhecimento enquanto reprodução da realidade. Para Weber, não é possível esgotar o real e, desta forma, cabe ao método afastar-se de ideologias, adotando a missão de fazer progredir o saber, como expresso no trecho:

Na ciência, sabemos que as nossas realizações se tornarão antiquadas em dez, vinte, cinquenta anos. É esse o destino a que está condicionada a ciência: é o sentido mesmo do trabalho científico, a que ela está dedicada numa acepção bem específica, em comparação com outras esferas de cultura para as quais, em geral, o mesmo se aplica. Toda a realização científica suscita novas perguntas: pede para ser ultrapassada e superada. (...) Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós. (WEBER, 1982, p. 164)

Para Weber (1983), não há a necessidade de o cientista social definir claramente seu método antes do início de sua atividade de pesquisa. Como um conceito histórico só surge gradualmente, a partir das etapas da realidade histórica que o institui, então, definir a metodologia, enquanto condição necessária à exatidão da investigação, é inverter a ordem natural da história. Em outras palavras, para Weber, importante seria sedimentar uma ciência social sem fazer uso de pressupostos; nesta os conceitos não se definem como nas ciências naturais, que são obtidos a partir de leis gerais. Deve-se privilegiar determinadas características do fenômeno social em detrimento de outras.

A AÇÃO SOCIAL E SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

Ponto central na obra weberiana é o conceito de ação social como a conduta humana que possui significado subjetivo para o ator, o qual se orienta pela ação de outros. É desta forma que Weber define a sociologia como compreensão interpretativa da *ação social* de maneira a

obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos. Por este motivo, os estudos de Weber são classificados atualmente na sociologia como *sociologia compreensiva*, já que, para Weber, o objeto de estudo desta ciência deve ser a ação humana. E, por ser este objeto dotado de sentido, “*cabe ao cientista social metodizar a compreensão por meio da elaboração e do estabelecimento de conexões causais (esquemas), que possibilitem a decifração do sentido imaginado e subjetivo do sujeito da ação.*” (MORAES, MAESTRO FILHO e DIAS, 2003, p. 62). Esta característica específica do objeto da ciência social é que a diferencia das ciências da natureza e que demanda procedimentos investigativos mais abrangentes.

Weber classifica os tipos de ação social, baseado em duas grandes dimensões, a saber: a natureza da racionalidade e a natureza da motivação. Na primeira dimensão cabem dois tipos de ação. Por um lado, o classificado como racional em relação aos fins (*zweckrationalitat*), que é determinado por uma expectativa de resultados ou “cálculo utilitário de conseqüências”. Como exemplo tem-se o caso clássico das transações de mercado. Por outro lado, o tipo de ação classificado como racional em relação a valores (*wertrationalitat*), que é determinado independentemente das expectativas de sucesso e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na consecução de um resultado ulterior a ela. É o caso daqueles que agiriam de acordo com seus princípios de dignidade, de suas crenças religiosas, políticas ou morais.

Considerando a dimensão da natureza da motivação, Weber também se utiliza de dois tipos para a classificação da ação social: a ação afetiva ou emocional e a ação tradicional. A ação afetiva é aquela motivada pelo sentimento do ator por seus interlocutores. Neste caso, tem-se como exemplo o orgulho, a inveja, a vingança, em que não se leva em consideração qualquer aspecto racional. Já na ação tradicional, a realização se deve a costumes ou hábitos tradicionais.

Desta forma, o cientista social deve buscar a compreensão do sentido atribuído pelo ator social à sua ação. Entretanto, é importante ressaltar que esta classificação baseia-se em tipos ideais e, assim, raras vezes os exemplos puros podem ser encontrados na sociedade. Normalmente, encontrar-se-ão vários motivos para uma ação, possibilitando sua classificação em mais de um tipo.

O MÉTODO TÍPICO IDEAL

Weber (1986a) define o tipo ideal da seguinte forma:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois se trata de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal (...) Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação. (WEBER, 1986a, p. 106)

Observa-se que a construção de tipos ideais faz parte do método weberiano e consiste na abstração de questões particulares, a partir de fenômenos concretos, para a constituição de um conceito individualizante. É justamente esta característica, para Weber própria das ciências

sociais, que opõe o modelo do autor àquele em que se busca a formulação de leis gerais tal qual é realizado nas ciências naturais e que é defendido pelos positivistas, a exemplo de Durkheim. Neste sistema de leis, há a extração, a partir de fenômenos concretos, das características que são observadas como uniformes e regulares nos diferentes eventos que são classificados sob um mesmo conceito. Assim, é possível a classificação de um fenômeno particular, através da observação de suas características gerais, as quais podem ser deduzidas de uma lei. Tudo aquilo que não corresponde à generalidade, é tratado como exceção.

Diferentemente, o método do tipo ideal apresenta a *extrapolação unilateral* das conseqüências de uma ação social *pura*, ou seja, que se orientasse racionalmente em direção a um, e somente um, fim. Desta forma, tem-se que o adjetivo “ideal” não se refere à perfeição, mas sim à idéia. Isto porque, para Weber, a construção do modelo típico-ideal só existe no campo das idéias; ele não descreve um curso concreto de ação.

Não se busca correspondência com o fenômeno concreto, já que são infinitas as relações causais que constituem a realidade social. O cientista social deve realizar a decomposição, pela análise, das características julgadas importantes, de acordo com seus valores, acentuando-as unilateralmente, para que sirvam de baliza durante o processo de estudo desta realidade social. Destarte, por não constituir hipótese, o tipo ideal não pode ser confirmado nem negado, mas apenas considerado útil ou não para a compreensão interpretativa da *ação social* de maneira a obter uma explicação de suas causas. Apesar disto, o modelo típico-ideal pode ser utilizado para a formulação de hipóteses, como será visto mais adiante.

Segundo Moraes, Maestro Filho e Dias (2003) os tipos ideais possuem três características básicas que definem suas possibilidades e limites, a saber: a racionalidade ou estrutura lógica; a unilateralidade; e o caráter utópico. A racionalidade diz respeito à avaliação dos meios e das conseqüências previsíveis, examinadas as condições que podem afetar o plano construído abstratamente sob a forma de tipo ideal da ação futura. A unilateralidade permite dar rigor ao tipo ideal, por ser a condição que, ao mesmo tempo, exagera os traços característicos e elabora o quadro de pensamentos em conjunto coerente e não contraditório. Finalmente, o caráter utópico define o tipo ideal como aquele que não é, e nem pretende ser, reflexo ou repetição da realidade.

Basicamente, têm-se quatro momentos no processo de investigação, quando se pretende utilizar o método típico ideal, como apresentado na Figura 1.

Inicialmente é necessária (1) uma incursão, do investigador, nas referências teóricas já desenvolvidas sobre a realidade que se pretende estudar. Na seqüência, (2) deve-se extrair as características importantes, com base no julgamento de seus valores, acentuando-as unilateralmente, para a construção dos tipos ideais, que sirvam de guia durante o processo de estudo. O passo seguinte (3) é a comparação conceitual que permite apreender os fatos segundo sua maior ou menor aproximação com o tipo ideal. Finalmente, (4) haveria a formulação de hipóteses explicativas, atribuindo os desvios aos fatores irracionais. Como exemplo, poder-se-ia proceder para a explicação da ação dos membros de uma organização, construindo, utopicamente, o curso de ação “objetivamente” possível que se tomaria, caso se adotasse uma orientação racional rigorosa, em relação a um único fim. Posteriormente, dever-se-ia realizar, através de um processo comparativo, uma aproximação entre o fenômeno concreto e o tipo idealmente construído, para só então, atribuir, aos aspectos que se afastam do tipo, hipóteses explicativas.

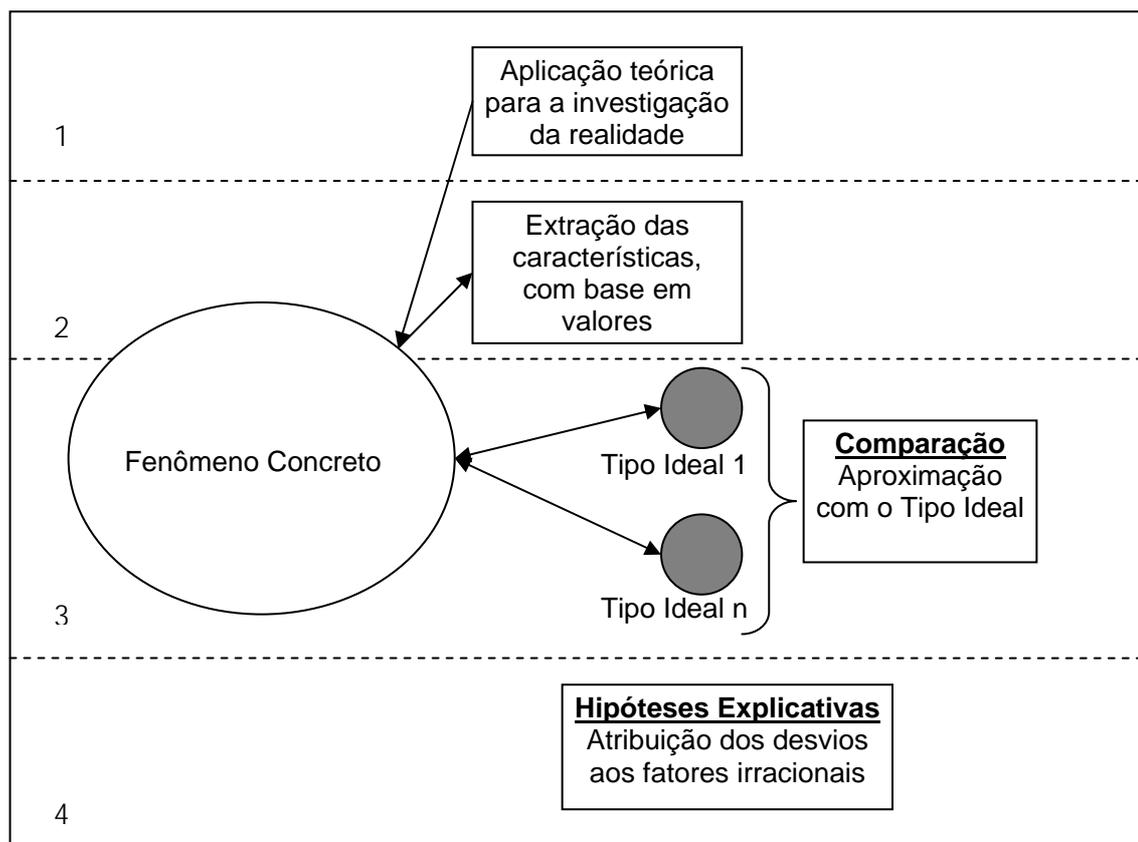


Figura 1 – Etapas do método típico-ideal

Fonte: própria

Torna-se evidente a dicotomia racional-irracional, presente na metodologia de Weber. Para o autor, a racionalidade obedece a duas condições: o cálculo utilitário de conseqüências, quando a ação é orientada para o alcance de fins claramente formulados, e a eficiência, quando os meios escolhidos são os mais adequados à consecução do objetivo final.

A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

A obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” é, certamente, o principal exemplo da aplicação do método típico ideal. Nela, Weber (1983) observa que, por ser o capitalismo um fenômeno econômico singular, não poderia ser analisado a partir das características comuns a todas as formas de capitalismo. O autor se propõe, então, a compreender o que leva ao desenvolvimento histórico único que caracteriza o comportamento do ator capitalista.

O fato que estimula a investigação de Weber é a alta concentração observada da administração do capital nas mãos de protestantes. Com base nesta observação, o autor investiga a afinidade entre a ética calvinista e o surgimento do capitalismo moderno. Seu objetivo é comprovar uma relação causal entre os valores religiosos e a estruturação do sistema capitalista, através da construção de um painel histórico-comparativo das especificidades do protestantismo e do catolicismo. Assim, o que Weber define como espírito do capitalismo é, exatamente, a construção de um tipo ideal.

Fundamentando seu texto em diversos autores, a exemplo de Benjamin Franklin, Weber demonstra que operários e capitalistas passaram a viver em função do trabalho, já que este se

tornou um valor em si mesmo: “o trabalho dignifica o homem”. A glória divina é alcançada através do trabalho e quanto mais se produz, mais se aproxima do reino dos céus. Desta forma, a recompensa é dada através do lucro e aqueles que obtêm maiores lucros são os “escolhidos”. É assim que, para Weber, os primeiros capitalistas, ao invés de vilões, por obterem a mais valia do trabalho do operário, tornam-se heróis da ordem econômica nascente.

É importante ressaltar que Weber, ao estabelecer tal relação causal entre capitalismo e a ética protestante não pretende afirmar a validade de tal relacionamento em todo e qualquer lugar, mas especificamente no norte da Europa. Ou seja, como dito anteriormente, para o autor este é um fenômeno histórico singular.

WEBER E OS TIPOS PUROS DE DOMINAÇÃO

Outro clássico exemplo de aplicação do método típico ideal consiste na construção dos três tipos puros de dominação legítima. Inicialmente é importante estabelecer a diferença conceitual, trabalhada por Weber, para *poder* e *dominação*. O poder indica a probabilidade de se exercer influência sobre a conduta de outras pessoas. Já a dominação implica num tipo específico de poder, no qual o dominador se assume como responsável pelo estabelecimento de uma ordem, enquanto o dominado se assume como obrigado a obedecê-la. Observa-se assim, que o que especifica o tipo de poder chamado de dominação é a *legitimação*, ou seja, aquilo que explica a aceitação, por parte do conjunto de dominados, do poder exercido pelo dominador.

Para Weber (1986b), diversos são os motivos que apóiam a dominação, entretanto o autor encontra apenas três tipos ideais, que estão associados à estrutura social (tipos de sociedade) em que se encontram: a dominação tradicional; a dominação carismática; a dominação burocrática ou legal.

A dominação tradicional é estabelecida, como o próprio nome indica, na tradição, seja na crença da santidade das ordenações, seja através dos poderes senhoriais instituídos de acordo com o tempo. A obediência é pessoal e ocorre em virtude de sua dignidade própria, em função de um estatuto *válido desde sempre*. A autoridade sobre os *súditos* é exercida pelo *senhor*, o qual poria em risco sua legitimidade caso agisse em desacordo à tradição.

A devoção afetiva a uma pessoa e aos seus dotes sobrenaturais é o que configura uma dominação carismática. Esta é atribuída de acordo com a observância de faculdades mágicas, heroísmo, poder intelectual ou de oratória presentes no *líder*. Desta forma, a obediência é exclusivamente pessoal e limitada à vigência dos aspectos carismáticos que caracterizam o líder.

A dominação burocrática repousa numa sociedade que acredita na justiça das leis. A obediência é impessoal, ou seja, não se obedece a uma pessoa, mas à regra, a qual determina *quem e em que medida* se deve obedecer. Neste caso, também o mandante, ao emitir uma ordem, está obedecendo a uma regra (uma lei) e o seu mando é instituído “no âmbito de uma competência concreta, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas para a atividade do funcionário” (WEBER, 1986b, p. 129). Observa-se, além da impessoalidade, a profissionalização e a formalização como características elementares da dominação burocrática.

Com a construção desses três tipos puros ou tipos ideais de dominação, Weber analisa as sociedades modernas ocidentais e percebe que elas caminhavam em direção à uma racionalização máxima das relações sociais, por conta de ter-se observado o caráter burocrático como hegemônico nas instituições sociais. Devido a esta expansão do caráter racional nos sistemas sociais, que para Weber representava um perigo para a humanidade, é que o autor volta-se ao estudo da burocracia. A burocracia é, na concepção weberiana, a separação completa entre a atividade laboral do indivíduo de todas as outras dimensões de sua vida. Em seu tipo puro, todos os elementos irracionais são eliminados, predominando o cálculo utilitário de conseqüências; a racionalidade forma.

CONTRIBUIÇÕES DE WEBER AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A produção de Weber se constitui como uma das maiores influências no campo dos estudos organizacionais, tendo provocado, como afirmam Moraes, Maestro Filho e Dias (2003)

reflexões e debates sobre as organizações em geral, levantando questões fundamentais sobre sua natureza, padrões de racionalidade, caráter instrumental da burocracia, o papel da especialização, separação do administrador dos meios de administração, fidelidade impessoal ao cargo e até mesmo aspectos relativos à remuneração. (MORAES, MAESTRO FILHO e DIAS, 2003, p. 67)

Assim, seu trabalho foi básico para a formação do que passou a ser conhecido como estruturalismo, nas teorias das organizações e do paradigma funcionalista, na classificação de Morgan (2005), o qual está representado na Figura 2.

Morgan (2005) constrói uma matriz baseada em duas variáveis: (1) aquela relacionada à natureza da ciência social, variando do caráter *subjetivo* (na qual a realidade só é existente se houver a consciência dela) ao caráter *objetivo* (onde a realidade é considerada existente, independentemente da consciência sobre ela); e (2) aquela relacionada à natureza da sociedade, variando da *mudança radical* (onde se apresenta um papel questionador da ordem social) à *regulação* (onde se apresenta uma aceitação da ordem social). Desta forma, tem-se a composição de quatro categorias distintas de paradigma: o humanismo radical; o estruturalismo radical; o interpretacionismo; e o funcionalista.

Segundo Morgan (2005), no paradigma funcionalista, a organização é vista como um objeto concreto. O pesquisador mantém a neutralidade e o afastamento necessários do objeto de pesquisa, através do rigor metodológico. Os estudos desenvolvidos por aqueles classificados neste quadrante da matriz de análise de Morgan fundamentaram-se amplamente no trabalho de Weber.

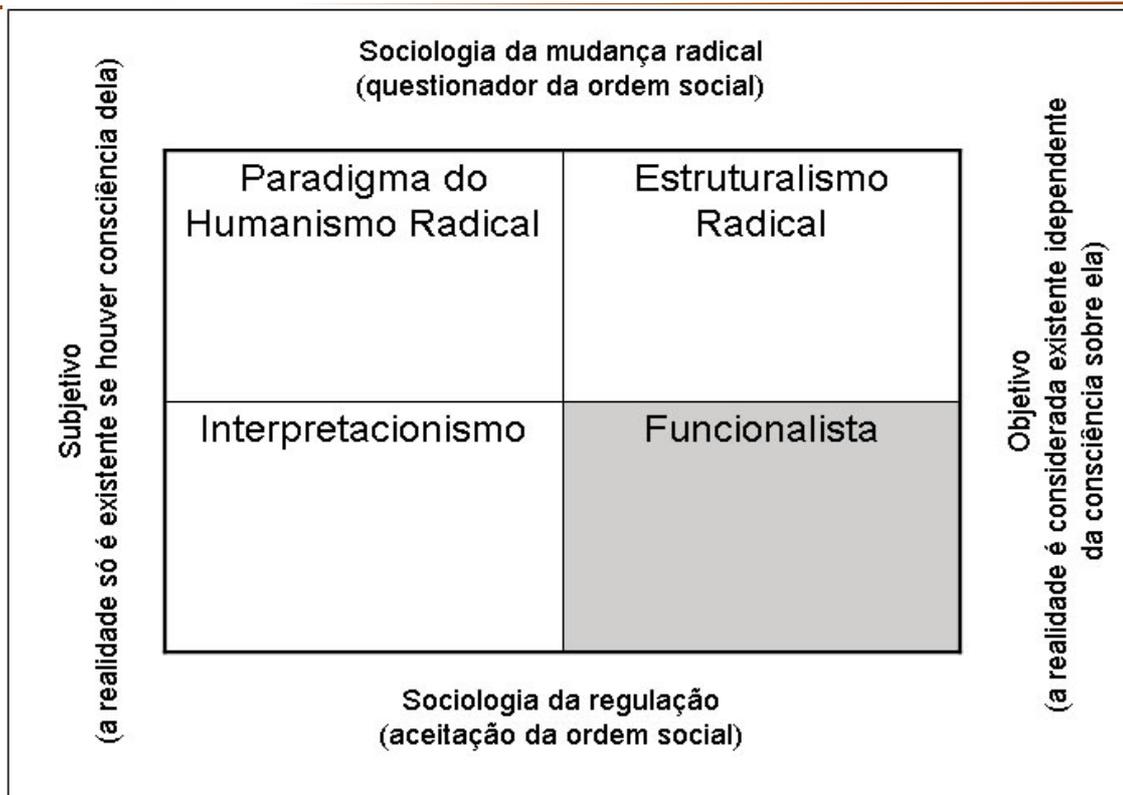


Figura 2 – Paradigmas da ciências sociais
 Fonte: Adaptado de Morgan (2005)

Contemporaneamente, alguns autores, a exemplo de Clegg e Hardy (2006), afirmam haver o desenvolvimento de novas formas organizacionais que estabelecem uma ruptura com os conceitos hegemônicos apropriados (muitas vezes através de más interpretações) de Weber:

Internamente, as fronteiras que antes delineavam a burocracia estão também desaparecendo, tornando as organizações pós-fordistas mais ágeis e flexíveis, com menor número de níveis hierárquicos e, para sermos mais rigorosos, menos formatadas. Pelo menos para alguns autores, *essas novas formas organizacionais são suficientemente diferentes das características burocráticas da organização moderna*, o que sugere a denominação de 'pós-modernas'. (CLEGG e HARDY, 2006. p. 41) (grifos nossos)

Assim, os estudos sobre novas formas organizacionais estão relacionados às mudanças ocorridas nos ambientes competitivos das organizações, que precisam adaptar o modelo modernista a tais necessidades ambientais. Essa nova perspectiva administrativa – que envolve tecnologias de produção flexível em oposição à produção em massa e postos de trabalho multifuncionais, grupos de trabalho e terceirização em detrimento à especialização e divisão do trabalho características da burocracia – divide-se, segundo Dellagnelo e Machado-da-Silva (2000), em dois grandes grupos de autores: aqueles que como Clegg e Hardy (2006) se consideram pós-modernos, por enxergarem ruptura qualitativa com o modelo burocrático de organização, e os críticos, que, como os próprios Dellagnelo e Machado-da-Silva (2000), consideram tais mudanças organizacionais simples aperfeiçoamento da abordagem contingencial da administração.

Dellagnelo e Machado-da-Silva (2000) observaram que, apesar de se apontar traços de formas organizacionais mais flexíveis, com tomada de decisões descentralizadas e mais rápidas, com a aquisição contínua de informação dentro e fora do ambiente organizacional e com um

melhor gerenciamento da aprendizagem organizacional, não há evidências de ruptura com o modelo burocrático.

Este embate atual entre pós-modernistas e críticos é exemplar da possibilidade de utilização do método típico-ideal, para verificar, através da construção de um tipo puro, como se comportariam os atores hoje, se agissem exclusivamente em direção a um único fim.

Vieira e Carrieri (2001) ainda ressaltam a necessidade da ampliação da análise weberiana no tratamento de questões relacionadas ao estudo das organizações. Tradicionalmente este autor é tratado como aquele que evidenciou a racionalidade formal presente nas estruturas organizacionais. Entretanto Vieira e Carrieri demonstram que é preciso ver Weber como um teórico cultural, pois em sua perspectiva as organizações constroem determinadas estruturas de dominação e poder, através de valores culturais.

Para Weber, o pesquisador social não consegue uma totalidade de análise de uma dada realidade social e, desta forma, o tipo ideal permite a observação parcial, apreendendo as características dominantes da ação social, ou seja o entendimento da ação estruturada por um sentido.

Certamente o método típico-ideal se apresenta como importante ferramenta para a investigação das ações dos indivíduos e para a compreensão das organizações como um elemento social. Entretanto é preciso se fazer justiça aos estudos de Weber, atribuindo aos seus conceitos, tais como burocracia, a aplicação correta enquanto método e não como prescrição. É necessária também, como claramente expresso pelo próprio autor, uma atualização dos modelos weberianos de acordo com as características de uma sociedade contemporânea posicionando-a no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In CLEGG et al. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2006.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 19, p 19-33, set./dez. 2000.

MORAES, L. F. R.; MAESTRO FILHO, A.; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. *RAC*, v. 7, n. 2, p. 57-71, abr./jun. 2003.

MORGAN, Gareth. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. *RAE*, v. 45, n 1, p. 58-69, jan/mar. 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática, 1977.

VIEIRA, A.; CARRIERI, A. Max Weber e a questão do método nas ciências sociais. *Economia & gestão*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 9-31, jul./dez. 2001.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Org. C. Wrigth Mills e H.H. Gerth. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

_____. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. Max Weber: Sociologia, São Paulo: Ática, 1986a.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. Max Weber: Sociologia, São Paulo: Ática, 1986b.